

Bancos estrangeiros reduziram exposição ao Brasil em 60%

Crédito à exportação teria sido cortado em US\$ 8 bi desde o início do ano, avalia executivo

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Os bancos centrais dos países desenvolvidos estão orientando bancos a reduzirem os empréstimos para países emergentes, segundo executivos de instituições internacionais. Os bancos estrangeiros reduziram sua exposição ao Brasil em cerca de 60%, segundo estimativas de Lauro Vallejo, vice-presidente do Standard Chartered Bank e membro da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI). De acordo com Vallejo, desde o início do ano cerca de US\$ 8 bilhões em linhas de crédito de curto prazo foram cortados. "Esses números são a percepção do mercado e da ABBI. O Banco Central teria como quantificar isso exatamente, mas não divulgou essa informação", diz Vallejo.

O Standard foi um dos bancos que receberam orientação de banco central para aumentar a cautela em empréstimos "de risco". "O Banco da Inglaterra nos orientou a reduzir a exposição a países emergentes", diz Vallejo. Segundo ele, o Standard Chartered, que não tem filial no País, no início de 2002 oferecia ao Brasil US\$ 1,2 bilhão em linhas de curto prazo para importação e exportação e agora reduziu US\$ 200 milhões, para US\$ 1 bilhão. "Mas não é só na Inglaterra. Vários bancos centrais estão dando esse tipo de orientação, ainda que de forma indireta."

Segundo Emílio Garofalo, o presidente do BC, Arminio Fraga, poderá abordar esse assunto com banqueiros na viagem que irá realizar em setembro à Suíça. "Há uma maior rigidez dos bancos centrais em relação a provisões de perdas em empréstimos para países com classificação de risco ruins", diz Garofalo. Para determinar as classificações de risco, as agências olham para números que possam demonstrar a capacidade de um país de pagar suas dívidas. Um dos números analisados é a relação entre dívida

externa e exportações. No Brasil, que tem classificação B+ da Standard & Poor's, a razão é 3,11. A Coréia tem uma relação de dívida/exportações de 0,67 (classificação S&P: BBB+) e o México, de 0,77 (BBB-). Segundo esses parâmetros, a capacidade do Brasil para honrar seus compromissos é bem menor. Por isso os bancos precisam registrar em seus balanços uma maior provisão para perdas (não pagamento) nos empréstimos ao País.

"A posição dos banqueiros é compreensível, mas acredito que assim que a situação se normalizar, as linhas voltam", diz Alcides Tápias, ex-ministro do Desenvolvimento. Segundo Vallejo, "uma crise de credibilidade", motivada pelos balanços falsos das empresas americanas, a desaceleração da economia mundial e o calote da Argentina são os principais motivos por trás do corte das linhas. "Depois da Argentina, os bancos tiveram de fazer provisões pesadíssimas", diz. "Ninguém mais quer se arriscar desse jeito." O Standard oferece linhas para bancos locais emprestarem a exportadores.

O mercado ainda está parado. "Normalmente eu tenho 25 consultas de bancos querendo linhas, por semana. Nesta semana, recebi apenas uma ligação", diz.

A escassez está se refletindo nos juros cobrados nos Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC), um adiantamento de pagamento das exportações que os empresários usam para financiar seu capital de giro. No início do ano, bancos estrangeiros ofereciam linhas de ACC de 180 dias para bancos no País pela taxa Libor mais 0,75%. Hoje, estariam saindo por Libor mais 2,5%. Esse custo sobe muito para o usuário final do crédito, o exportador.

O número de bancos que oferecem linhas de crédito para o País também diminuiu dramaticamente. Eram cerca de 350 em 1983, na época da renegociação da dívida, e hoje não passam de 150, segundo Vallejo. Fusões entre os bancos e também mudanças de estratégias contribuíram. O UBS Warburg e o JP Morgan Chase estariam entre os bancos que deixaram de oferecer linhas de curto prazo de comércio exterior.

'NÚMEROS
SÃO DO
MERCADO
E DA ABBI'